Intellèctus
ISSN 1676-7640

Artigo livre

Os desafios e perspectivas da Sociologia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs)

The challenges and perspectives of Sociology in the African Countries of Portuguese-Speaking Official Language (PALOPs)

Rodrigo de Souza Pain

Professor associado de Sociologia do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
rodrigo.pain@uerj.br
https://orcid.org/0000-0003-2223-5110
http://lattes.cnpq.br/6156002633342205

Resumo: O presente trabalho aponta para alguns dos desafios enfrentados pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS) na consolidação da Sociologia como área do conhecimento relevante, seja no âmbito universitário ou escolar. Para isso utilizaremos de algumas das poucas bibliografias sobre a temática, como também entrevistas com docentes e estudantes africanos. O pensamento decolonial inspira a produção do artigo, pois critica a perspectiva da modernidade do conhecimento atrelada unicamente ao pensamento eurocêntrico. A falta de investimento por parte do Estado, a precária estrutura, a dificuldade de cooperação acadêmica, a persistência de uma forte colonialidade na produção do conhecimento e entraves linguísticos dificultam ainda mais o processo. É importante buscar sinergia entre os países, a ética ubuntu, com trocas de experiência e cooperação internacional na luta pela disciplina.

Palavras-chave: Sociologia; PALOPS (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa); decolonialidade.

Abstract: The present work highlights some of the challenges faced by the African Portuguese-Speaking Countries (PALOPs) in consolidating Sociology as a relevant area of knowledge, both in the university and school settings. To achieve this, we will draw upon some of the limited literature on the subject, as well as interviews with African teachers and students. The decolonial thought inspires the production of this article, as it criticizes the perspective of the modernity of knowledge solely tied to Eurocentric thinking. The lack of investment from the state, the precarious structure, the difficulty of academic cooperation, the persistence of a strong coloniality in knowledge production, and linguistic obstacles further complicate the process. It is important to seek synergy among countries, the ubuntu ethics, with exchanges of experience and international cooperation in the struggle for the discipline consolidation.

Keywords: Sociology; PALOPs (Portuguese-speaking African Countries); decoloniality.

Artigo recebido em: 25 de janeiro de 2024
Aprovado em: 09 de setembro de 2024
DOI: 10.12957/intellectus.2024.81552

Introdução

As Ciências Sociais na África têm desempenhado um papel crucial no entendimento e na análise das dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas presentes no continente. A rica diversidade étnica, linguística e cultural da África, aliada às complexidades históricas e contemporâneas, faz com que as Ciências Sociais desempenhem um papel vital na contextualização e interpretação das experiências africanas.

A história colonial exerceu um papel significativo na configuração das sociedades africanas, influenciando profundamente as estruturas sociais e políticas. As Ciências Sociais na África têm se dedicado a examinar e desmantelar as consequências do colonialismo, incluindo suas ramificações na atualidade, como as desigualdades socioeconômicas, as tensões étnicas e as disparidades no acesso a recursos e poder político. O presente trabalho pretende apontar os desafios e perspectivas dessa área do conhecimento nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). O método foi a investigação científica com revisão bibliográfica e entrevistas (estruturadas e não estruturadas) com discentes e docentes dos PALOPs.

As instituições modernas de ensino superior criadas na África foram inicialmente extensões de universidades europeias e de missões cristãs. A universidade, como organização moderna de produção do conhecimento, é algo recente em África. Dessa maneira, Sociologia é uma área do conhecimento nova nos jovens Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). O seu desenvolvimento passa, imperiosamente, buscando a cooperação com outros países. O Brasil, com língua e a história em comum, deveria ser um ator privilegiado nessa cooperação, mas não é isso que se percebe. Segundo o reitor Roberto Medronho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as relações com o "sul global" são fundamentais na luta contra as mazelas sociais. "É uma honra contribuir para o avanço da CT&I e da educação superior na África", afirmou. O reitor ainda destacou a dívida histórica que o Brasil tem com os países africanos por causa da escravização de pessoas negras[1].

Apesar de o estágio dessa área estar em contextos diferentes entre os países, percebe-se problemas e desafios em comum. A experiência brasileira no campo da Sociologia, principalmente no que diz respeito à institucionalização, seja no contexto universitário ou escolar, pode servir de estímulo e impulso no desenvolvimento das Ciências Sociais nos PALOPs.

[1] UFRJ é embaixadora da África para a ciência. Disponível em https://conexao.ufrj.br/2024/04/ufrj-e-embaixadora-da-africa-para-a-ciencia/. Acesso em: 03 set. 2024

O pensamento decolonial nos inspira na produção do artigo, pois critica a perspectiva da modernidade do conhecimento atrelada unicamente ao pensamento eurocêntrico ou estadunidense. Países latinos e africanos não são considerados interlocutores relevantes na construção do saber. O trabalho se insere no combate à monocultura do conhecimento. É necessário legitimar e dar voz a outros saberes.

Democratizar o conhecimento. Desconstruir a educação que associa o conhecimento somente ao mundo ocidental. É dessa maneira que o pensamento decolonial busca derrubar a colonialidade do saber, que se mantém com o desprezo pelo conhecimento dos povos oprimidos e historicamente marginalizados no Brasil e em África.

Os pensadores latino-americanos que mais se destacam na discussão sobre a colonialidade são Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Enrique Dussel e Catherine Walsh. Que têm o objetivo de criticar e desafiar as estruturas de poder e dominação herdadas do colonialismo, que continuam a influenciar as sociedades contemporâneas. Eles compartilham a ideia de que o colonialismo não foi apenas um evento histórico que terminou com a independência das nações latino-americanas, mas uma matriz de poder que se perpetua nas esferas social, cultural, econômica e epistêmica.

Está na "ecologia dos saberes", para trazer o conceito do autor português Boaventura Sousa Santos, o diálogo entre os vários conhecimentos que podem ser considerados importantes para os avanços das lutas sociais. Com isso, busca-se as epistemologias do Sul, que podem ser definidas como um conjunto de conhecimentos produzidos e validados com base "nas experiências de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição" (SANTOS, 2021: 17) causada, entre outros fatores, pelo colonialismo. O historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop (1981) via a educação como um meio crucial para o desenvolvimento e empoderamento das nações africanas. Ele defendia a importância de uma educação que incorporasse a verdadeira história africana e que capacitasse as gerações futuras.

Na primeira parte do trabalho, a ênfase será nas adversidades em desenvolver a Sociologia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Essa área do conhecimento é nova nesses países, e carece de maior institucionalidade. Questões como infraestrutura, financiamento, perseguições, colonialidade do saber, entre outros aspectos estarão presentes. Em seguida, a reflexão sobre a decolonialidade no contexto africano. Inspirados em intelectuais

como Paulo Freire e Frantz Fanon, os autores decoloniais apontam a necessidade de se produzir conhecimento com o olhar da África e do africano, evitando assim a continuação de uma colonialidade que pensa o continente e sua gente com a visão colonialista eurocêntrica. E por fim, as perspectivas da Sociologia nos PALOPs. Nesse último ponto do artigo, aponto resultados das investigações, com possíveis caminhos a seguir para o desenvolvimento dessa importante área do conhecimento.

1- Sociologia nos PALOPS e suas adversidades

São enormes os desafios enfrentados pelas Ciências Sociais no continente africano. A Sociologia nos PALOPs são subvalorizadas e pouco financiadas nos países. Muitos projetos de pesquisa são financiados por agências internacionais, que determinam a agenda desses estudos por questões geopolíticas e estratégia desses países (ABREU, 2006).

De acordo com a pesquisadora angolana Cesaltina Abreu, a maioria dos grupos e organizações da sociedade civil na África é dependente da comunidade internacional para efeitos de financiamento, e até, da aprovação de seus programas de ação, acabando por incorporar acriticamente conceitos e práticas, sem a necessária reflexão quanto à sua adequação ao contexto no qual vão ser aplicados (2006: 117). Segundo o sociólogo e Professor da Universidade Lusófona da Guiné, Diamantino Lopes (2023), o Estado e o Governo não investem no ensino superior e na investigação científica, e esse campo é coberto pelos organismos internacionais, em função da necessidade de aprofundar conhecimento ou compreender um dado fenômeno. Como salienta o filósofo marfinense Paulin Hountondji (2008), os próprios cientistas sociais africanos tinham que perceber que eles fazem pesquisa orientada por interesses externos, com a intenção em primeiro lugar, em satisfazer os interesses do Norte. O arqueólogo camaronês Augustin Holl (2020) aponta que os cientistas sociais na África se sentem confortáveis com equipes de pesquisa estrangeiras recrutando um ou dois pesquisadores locais, no que os colegas camaroneses chamam de "política de coleta de migalhas".

A fragilidade da democracia e das instituições democráticas na África lusófona tem impacto também na vida dos sociólogos. São muitos os cientistas sociais que se sentem perseguidos pelo Estado, sociedade e família. De acordo com a pesquisa da Organização Internacional de Migração (OIM) no continente africano - indica a agência - cerca de 20 mil

profissionais da ciência deixam todos os anos seus países para instalar-se nas nações ricas[2]. Segundo Lopes (2023), na realidade da Guiné-Bissau, constata-se a perseguição quando a intervenção é baseada nas críticas sobre a má governação, corrupção ou nepotismo. Muitos cientistas sociais optam pelo silêncio (ou a autocensura) para evitar tais perseguições, visto os múltiplos riscos que correm, entre os quais ficar sem emprego e às vezes até o espancamento, como no caso do jornalista guineense António Aly Silva. Não só professores se sentem perseguidos ou têm suas liberdades censuradas, há relatos de estudantes que também quiseram tocar em determinados assuntos acadêmicos. Traz-nos o caso do então discente de Sociologia Paulo Estefane, da Universidade de Licungo, na Beira, que se sentiu coibido de trazer a temática de Montesquieu sobre a divisão dos poderes pela dificuldade que é trabalhar essa temática no contexto político de Moçambique, no qual essa divisão não é clara na prática (LEPECS, 2023).

As infraestruturas de investigação são precárias e necessitam de maiores investimentos. De acordo com a pesquisadora Maria Paula Meneses, as universidades dependem largamente de financiamentos internacionais para o seu funcionamento, e as universidades estatais competem em condições desiguais com universidades privadas locais e internacionais, assim condição periféricas das universidades públicas africanas permanece uma realidade (2016: 350). Carlos Cardoso, pesquisador do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), com sede em Dacar, concorda com Meneses e salienta que tais instituições de nível superior apresentam qualidade duvidosa, inclusive com a falta de motivação dos docentes (2017: 91). Avança o investigador indicando que é reduzida a participação dos pesquisadores africanos lusófonos nas atividades do CODESRIA, nomeadamente naquelas destinadas aos discentes de pós-graduação. Isso reflete o fraco desenvolvimento do sistema do Ensino Superior em geral, bem como o das instituições de pesquisa em Ciências Sociais. A comunidade lusófona nos programa do CODESRIA é de pouca expressão (2017: 94-97). Vale destacar a Organização para Pesquisa em Ciências Sociais na África Oriental e Austral (OSSREA), cuja fraca participação dos PALOPS deve-se à barreira linguística, à língua inglesa.

A partir dos anos 1990, a adoção de políticas neoliberais teve um impacto significativo no Ensino Superior nos PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). O corte de custos

[2] Ciência: fuga de cérebros preocupa comunidade científica. Disponível em: https://www.ioc.fiocruz.br/pages/diretoria/noticias/agosto03/mat1202.htm#:~:text=Segundo%20pesquisa%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Internacional,pa%C3%ADses%20com%20o%20mesmo%20prop%C3%B3sito. Acesso em: 02 set. 2024

na educação, típico dessas políticas, levou à redução do financiamento público para as universidades e instituições de ensino superior, prejudicando a qualidade do ensino e a infraestrutura disponível. A ênfase na privatização e nas parcerias público-privadas resultou em uma maior dependência de recursos privados, o que frequentemente aumentou as mensalidades e gerou desigualdade no acesso à educação superior (SILVA, 2011).

Segundo a Professora e Pesquisadora Teresa Cruz e Silva, em Moçambique, tal como em outras universidades africanas, as reformas curriculares ocorridas nas universidades públicas em finais da primeira década de 2000 impuseram e "venderam" o Processo de Bolonha como um meio incontornável para fazer face às exigências de integração nos processos mais globais dos sistemas de educação. Essas reformas foram, entretanto, marcadas por uma marginalização dos agentes sociais locais, onde a consulta pública foi insignificante. O desafio da autonomia acadêmica é colocado à prova quando as políticas neoliberais, voltadas para o mercado, entram em cena na educação. O neoliberalismo teve/tem impactos particulares (e contínuos) no continente africano, e foram/são pesados. Segundo Ossome (2015): "em muitos países, a segunda onda de políticas neoliberais (liberalização política imposta por instituições internacionais) reforçou o paradoxo de um Estado que é onipresente e completamente ausente" (Ossome 2015: 14).

Segundo Lopes (2023), as produções acadêmicas africanas não são absorvidas pelos governos, e grande parte são produzidas em revistas ocidentais. Fuga de cérebros é uma realidade africana. O impacto é devastador, pois a Guiné-Bissau tem pessoas formadas em diversos setores de atividades espalhadas pelo mundo, sem poder dar seu contributo para ajudar no processo de desenvolvimento. Sempre se comenta, segundo o professor, nos fóruns acadêmicos, mas não se constata uma preocupação dos dirigentes políticos.

Pensar África com olhar do Ocidente é um grande equívoco. Os conceitos trazidos são produzidos no Ocidente. É a colonialidade do saber que se pretende combater. É fundamental ter as Ciências Sociais sobre África produzida por africanos (DIOUF E DIAGNE, 2016).

A institucionalização da Sociologia nos PALOPs parece ser um grande desafio. De acordo com o Professor Adérito Manuel, do ISCED, a Sociologia em Angola passou de uma disciplina ignorada, e proibida, após a independência, para ser admitida e promovida. A partir de 1991/1992 (Segunda República) a Sociologia começa a ser reconhecida em Angola pelo Estado democrático, pela proclamação da Associação Angolana de Antropólogos e Sociólogos (COSTA,

1997, pp.94-96), por publicação de obras de investigação dos sociólogos e outros cientistas sociais no espaço público, por se tornar uma das disciplinas de cursos do ensino secundário, pela sua institucionalização universitária como disciplina, licenciatura, mestrado e uma especialidade no doutorado de Ciências Sociais e pela participação de Sociólogos em eventos científicos (nacionais e internacionais) (KAJIBANGA, 2009: 197-201).

Por outro lado, se o nascimento da Sociologia no país passava a se tornar realidade, as dificuldades também foram surgindo. Adérito Manuel (2022) fala das dificuldades de acesso às obras por parte dos docentes, incluindo as obras didáticas. A produção sobre o Ensino de Sociologia nas escolas e universidades angolanas é escassa, sendo muito difícil a produção desse material e com custo altíssimo. As poucas revistas acadêmicas que surgiram, como a *Revista Angolana de Sociologia*, que teve vida curta e durou de 2008 a 2014. O professor reconhece que falta organizar melhor a Sociologia no país, inclusive na busca por cooperação com outros países. Segundo a Docente Antonieta Orlet (2022), da Universidade de Cabo Verde, a produção de material de Ensino de Sociologia no país também é dependente de manuais vindos do exterior.

Além da falta de regularidade na produção de revistas acadêmicas de Sociologia nos países lusófonos africanos, Cardoso aponta que muitos estudos permanecem monográficos ou etnográficos. Outros são repletos de dados empíricos e muitas vezes de números, sem uma relação inteligível entre uns e outros ou sem uma leitura adequada entre os dados. O investigador salienta que falta muitas vezes um quadro teórico que fundamente a análise (2017: 102). São necessários o reforço e a criação de mais cursos de pós-graduação e que se aperfeiçoe os métodos de análise e o embasamento teórico como instrumento de pesquisa.

De acordo com o professor angolano Felipe Morais, as associações científicas jogam importância capital no desenvolvimento da ciência. O autor apela para um maior esforço da parte dos fazedores da Sociologia angolana a assumirem a responsabilidade de criação do ethos da ciência (2023: 81). Nesse sentido, é indispensável a presença ativa dos discentes na construção dessa institucionalidade. É assim que pensa a Comunidade dos Estudantes de Sociologia de Angola (COESO). Segundo o atual Presidente da instituição, António Arnaldo (2023), a COESO busca o fortalecimento das Ciências Sociais, em especial da Sociologia, sem esquecer a interdisciplinaridade e complementaridade das Ciências Sociais através de diversas atividades e pesquisas científicas.

É importante encorajar os estudantes a criarem suas comunidades de Sociologia em seus países, e quiçá, em atitude ousada criar a Comunidade de Estudantes da Lusofonia, com o firme propósito de cooperação entre os países no campo acadêmico. Certamente terá reflexo na busca pela institucionalização da área nas diversas realidades. Uma pauta fundamental é a efetivação da Sociologia escolar como disciplina obrigatória no Ensino Secundário nos países. Ela está presente, e é oferecida em Angola em todas as áreas do Ensino Secundário como optativa. Em Cabo Verde é ofertada na área de Humanidades, no décimo segundo ano de escolaridade. Em Guiné Bissau a Sociologia surge na área das Ciências Sociais e Humanas também no décimo segundo ano. Já em Moçambique, a Sociologia não é oferecida nas escolas do país. Em São Tomé e Príncipe a Sociologia está presente nos últimos três anos do Ensino Secundário. Deve-se acreditar que, com o exemplo brasileiro, fortalecer a Sociologia escolar é um passo importante para o fortalecimento da área do conhecimento no ensino universitário.

Reflete também como desafio, em grande medida, a presença da "biblioteca colonial", termo trazido por Valentin Mudimbe (1988). Segundo o filósofo congolês, a maioria dos trabalhos realizados sobre África refletem referenciais eurocêntricos, narrativas sobre o continente cujas raízes se desenvolveram durante o período colonial. São estes saberes que ainda constituem o núcleo duro do saber depositado nas bibliotecas e ensinado nas universidades do mundo sobre os africanos e África. Ainda de acordo com Mudimbe, essas obras e as representações que contêm contribuíram para "inventar" África como um espaço de diferença e inferioridade (1988: 208). Bibliotecas desempenharam um papel significativo em muitos dos contextos coloniais. As potências frequentemente estabeleciam instituições educacionais, incluindo bibliotecas, para promover a assimilação cultural e o controle da população local. Essas bibliotecas muitas vezes refletiam a perspectiva e a narrativa dos colonizadores, destacando sua visão do conhecimento, cultura e história. É necessário que se cresça a "biblioteca africana", com autores e autoras africanas a refletir sobre o continente e sua diversidade.

A pensadora negra estadunidense Bell Hooks, em seu livro, Ensinando a transgredir (2019), defende que a educação como prática libertadora é aquela que se propõe a conhecer o que está "além das fronteiras do aceitável", criando novas visões. Para tanto, uma proposta epistemológica que critica o pensamento hegemônico e sua pretensa universalidade, tal qual a decolonial e sua imensa variedade interna, coloca-se como um ponto de partida fundamental na

tentativa de criação de uma educação que aumenta a capacidade de ser livre (2019: 13). Dessa maneira, nessas breves palavras, o artigo procurou refletir sobre importantes desafios, e alguns caminhos que existem para consolidar a Sociologia como área do conhecimento relevante entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs).

2- Pensar a decolonialidade no contexto africano

Refletir sobre a atuação do professor e pesquisador, tanto no ambiente escolar, como no âmbito universitário, é uma tarefa importante para qualquer docente que busque aperfeiçoar sua atividade laborativa. Pensar constantemente sobre sua prática, procurar atualizar-se é fundamental em seu compromisso pedagógico, inclusive questionando os conteúdos ministrados e os currículos, que são decisões políticas carregadas de ideologias.

Dessa maneira questionamos qual é o interesse em desconstruir os currículos clássicos? É considerável deixar claro que sabemos a importância da dimensão política no campo da educação, portanto currículos representam arenas políticas em disputa no que diz respeito à construção dos conteúdos. Em outras palavras, a seleção dos assuntos e seus argumentos são objetos ideológicos relevantes. Assim é fácil perceber que o conhecimento produzido fora do contexto europeu/ocidental nunca foi valorizado no Brasil e também nos países africanos.

O político e poeta martinicano Césaire, em Discurso sobre o colonialismo (2020), lançado originalmente em 1950, faz considerações mostrando que ele desumaniza. O colonialismo não apenas explorou economicamente as colônias, mas também teve efeitos desumanizadores sobre os colonizados e perpetuou a visão eurocêntrica do mundo. O autor lança críticas pesadas à Europa, condenando-a por ela ter pretendido ser a única a julgar os homens, a definir a partir de si mesma qual cultura presta e qual não possui valor. O pensador alerta para o fato de que o colonialismo é portador de racismo e desciviliza tanto o colonizado quanto o colonizador. Césaire também destaca a hipocrisia dos colonizadores europeus que, enquanto defendiam a liberdade e a igualdade em seus próprios países, negavam esses princípios às populações colonizadas.

Mesmo com as independências africanas e dos inúmeros debates intelectuais, uma perspectiva colonial continua a dominar a política do Norte global em relação ao continente

africano[3]. A pesquisadora Maria Paula Meneses (2016) afirma que uma leitura detalhada desse processo permite ver que as políticas imperiais foram, essencialmente, reformuladas, mantendo-se na essência a concepção hegemônica do Norte sobre o Sul.

Um autor contemporâneo que trabalha a perspectiva decolonial em África é Achille Mbembe, filósofo camaronês, em seu livro "Crítica da Razão Negra" (2013) desenvolve uma análise profunda sobre a construção histórica do conceito de raça, com ênfase nas dinâmicas entre a Europa e a África. Mbembe sustenta que a "razão negra" foi configurada pelas estruturas de poder colonial e pelo capitalismo, que posicionaram a raça negra como uma categoria ontologicamente inferior e destinada à subjugação. O autor argumenta que o colonialismo e a escravidão desempenharam papéis centrais na constituição da modernidade ocidental, sendo ambos elementos essenciais na legitimação da raça como um princípio estruturante das hierarquias sociais e econômicas. Mbembe investiga ainda o processo de desumanização dos povos africanos, problematizando como a negritude foi construída como uma alteridade radical em oposição à branquitude. Nesse sentido, a negritude foi sistematicamente negada em sua plena humanidade, sendo relegada a uma condição sub-humana, perpetuada através de práticas coloniais e discursos que legitimam a exploração e o domínio colonial.

Seguindo essa linha de raciocínio, o pensamento decolonial nos ajuda a entender que os currículos são produtos de um contexto histórico, com diferentes tempos e espaços e são produzidos muitas vezes de forma desobediente (saberes, diálogos, emoções, por exemplo). A visão colonial persiste em forma de conteúdos, currículos, e nas práticas educacionais no cotidiano educacional. É a visão da colonialidade do saber. Segundo a socióloga australiana RaewynConnell,

> *Na Austrália ou no Brasil, nós não citamos Foucault, Bourdieu, Giddens, Beck, habermas etc. porque eles conhecem algo mais profundo e poderoso sobre nossas sociedades. Eles não sabem nada sobre nossas sociedades. Nós os citamos repetidas vezes porque suas ideias e abordagens tornaram-se os paradigmas mais importantes nas instituições de conhecimento da metrópole - e porque nossas instituições de conhecimento são estruturadas para receber instruções da metrópole (...) Isso implica dizer que suas metodologias teóricas excluem o colonialismo. Eles não escrevem a partir da experiência social de quem foi colonizado, ou se envolveu na colonização, ou ainda está imerso numa*

[3] Vale destacar o pós-colonialismo, que é uma corrente de estudos que emergiu como uma crítica ao colonialismo e suas consequências duradouras nas esferas cultural, política, econômica e social. Esse campo de estudo foca na análise de como as sociedades que foram colonizadas se transformaram e resistiram após o fim formal do domínio colonial, destacando como as estruturas de poder e dominação colonial continuam a influenciar essas sociedades.

> *situação neocolonial. E, na verdade, suas imaginações teóricas não incorporam o colonialismo como um processo social significativo (2012: 12).*

Em sua obra, "Cartas à Guiné-Bissau", Paulo Freire relata experiências de suas visitas àquele país africano com o propósito de alfabetização da população local sem a perspectiva da educação colonialista, "(...)porque a Guiné-Bissau não parte do zero, mas de suas fontes culturais e históricas, de algo de bem seu, da alma mesma de seu povo, que a violência colonialista não pode matar" (FREIRE, 1978: 10). O próprio autor também salienta que, "(...) a educação colonial herdada, de que um dos principais objetivos era a ´desafricanização´ dos nacionais, discriminadora, mediocremente verbalista..." (1978: 15).

Freire identificou nas lutas de libertação a emancipação política, e também cultural do povo guineense. Assim buscou a superação do passado recente opressor olhando para a própria realidade, múltipla e complexa da população daquele país africano. O silenciamento das memórias é consequência do colonialismo, o que o autor pretendia combater. Amílcar Cabral, líder guineense da independência, apontava como "andar com os seus próprios pés e guiados pela sua própria cabeça" (CABRAL 1975).

Dessa maneira, é necessário ter contra narrativas. Buscar o equilíbrio do conhecimento. Legitimar outros conhecimentos. A educação tem que combater o preconceito de qualquer espécie, e como ela pode trabalhar essa desconstrução se muitas vezes se torna legitimadora dos currículos tradicionais? A tradição no caso é frequentemente folclorizada nos livros. Thandika Mkandawire (2015), economista e sociólogo do Malawi, enfatizava a necessidade de uma abordagem mais sensível ao contexto africano na pesquisa e nas políticas de desenvolvimento. Ele argumentava que os acadêmicos e formuladores de políticas deveriam levar em conta as experiências locais e a sabedoria tradicional ao abordar os desafios enfrentados pelos países africanos.

Algumas políticas públicas no Brasil surgiram e foram importantes nessa tentativa de desconstrução. A Lei de História da África nas escolas trouxe elementos importantes para o ambiente escolar, principalmente em termos de material didático, mas foi insuficiente e pouco mudou a realidade nas instituições. Outro exemplo é a educação afrocentrada que é um enfoque educacional que coloca a cultura africana e a experiência afrodescendente no centro do processo de aprendizagem. Esse paradigma educacional busca incorporar e valorizar os conhecimentos, a história, as tradições e as perspectivas das comunidades africanas e afrodescendentes.

É necessário buscarmos outros saberes. É fundamental não hierarquizar a inteligência. Os conhecimentos tradicionais, vistos como senso comum, traduzem a visão eurocêntrica, ainda fortemente persistente no ambiente educacional brasileiro e também africano. A desnaturalização do pensamento eurocêntrico no nosso ensino da Sociologia, primeiro é necessário pensar na formação dos formadores, como eles estão sendo preparados/instruídos, o que quer dizer como estão organizados os currículos, pois entendemos que é o ponto de começo (SIGA, 2022). É necessário quebrar esse paradigma. Assim, a valorização dos cursos de Licenciatura, a capacitação dos professores (inclusive com a formação continuada através de cursos de educação decolonial) e a cooperação internacional entre os países na busca de sinergias acadêmicas são importantes para alcançar a democratização e excelência do Ensino da Sociologia.

Democratizar o conhecimento. Desconstruir a educação. É dessa maneira que o pensamento decolonial busca derrubar a colonialidade, que se mantém com o desprezo pelo conhecimento dos povos oprimidos e historicamente marginalizados no Brasil e em África.

É o racismo epistemológico que deve se atacar. O conhecimento não-europeu não deve ser inferiorizado. Está na "ecologia dos saberes", para trazer o conceito do autor português Boaventura Sousa Santos, o diálogo entre os vários conhecimentos que podem ser considerados importantes para os avanços das lutas sociais. Dessa maneira vamos combater a hegemonia monocultural, de padrão único, androcêntrica (cultura masculina predomina) e ligado à branquitude. As vozes subalternizadas precisam ser reconhecidas no cotidiano, em especial, no dia a dia da educação. Isso porque percebemos facilmente traços da colonialidade no ambiente escolar ou universitário. As epistemologias do sul são um conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão das inúmeras formas de saber e conhecer próprias dos povos e nações que foram submetidas ao processo de colonização (SANTOS; MENESES, 2009: 13).

Dessa forma assistimos a uma espécie de genocídio cultural que silenciam vozes, narrativas, culturas e conhecimentos. É a ideia da epistemologia do norte, a reprodução do saber dos vencedores, seja na escola ou na universidade. É a leitura eurocêntrica da produção do conhecimento. Segundo Zelma Palermo (2010: 50):

> *Optar por una posición decolonial que ejerce resistencia ante ese estado de situación, implica localizarse en un lugar de indudable lucha intelectual y significa también la imprescindible necesidad de debatir com otras maneras de concebirla resistencia a la dominación por el poder(...)*

Entende-se que, para transformar a realidade, aconselha Mignolo (2008), é necessária uma "desobediência epistêmica", que questione padrões hegemônicos de produção de conhecimentos, tornados dominantes por marginalizar, silenciar e deslegitimar saberes diversos, como de intelectuais africanos e latinos.

Existem resistências que devem ser valorizadas, como exemplos a educação antirracista, afrocentrada e as políticas de cotas de ação afirmativa no Brasil, a teoria da decolonialidade que nasceu nos países latinos e avança nos países africanos, e os ativistas sociais cada vez mais presentes no cotidiano dos PALOPs. Como significativa resistência, o modo de pensar e de agir da filosofia Ubuntu está presente em boa parte do continente africano, pertencendo aos povos bantu da África do Sul. A palavra "ubuntu" tem origem nas línguas zulu e xhosa, *umuntungumuntungabantu*, e é frequentemente traduzida como "humanidade para com os outros" ou 'uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas". A filosofia enfatiza a interconexão e a interdependência dos seres humanos, uma existência marcada pela convivência harmoniosa com o outro.

O espírito que dá vida a essa filosofia traduz-se em respeito que se converte na valorização do humano (muntu) e da natureza (kintu). Não há existência para a pessoa humana senão uma existência situada através da natureza. Vale dizer, o ser humano é com a natureza. Isto implica em afirmar que agredir, desrespeitar e colocar em risco a pessoa humana e/ou a natureza significa negar Ubuntu e agir de modo contrário à sua ética. Segundo Noguera (2012), com efeito, Ubuntu como modo de existir é uma re-existência, uma forma afroperspectivista de configurar a vida humana coletivamente, trocando experiências, solidificando laços de apoio mútuo e aprendendo sempre com os outros. A filosofia busca promover a harmonia social, a cooperação e a promoção do bem comum. África e Brasil possuem muito em comum. No entanto, há um elemento que merece ser sublinhado: partilham a experiência histórica de terem sido colônias da Europa. A ética Ubuntu enfatiza a interconexão e a interdependência entre as pessoas, e sem dúvida é um caminho saudável nos encontros entre Brasil e África (VASCONCELOS, 2017: 110).

CC BY

Dessa maneira, busca-se essa brecha decolonial, uma fissura no sistema que permite trabalhar com outros saberes, como um espaço de resistência e transformação. É um ponto de ruptura ou descontinuidade com as estruturas coloniais estabelecidas, um espaço em quenovas perspectivas e formas de conhecimento podem emergir. Essa brecha representa uma oportunidade para desafiar, desconstruir e reconstruir concepções tradicionais, promovendo uma visão mais inclusiva e justa do mundo. É na luta que se produz o conhecimento dos vencidos.

3 -Perspectivas da Sociologia nos PALOPs

Como vimos acima, apesar dos avanços, as Ciências Sociais na África enfrentam desafios significativos, incluindo a falta de financiamento adequado, a infraestrutura limitada e a necessidade de fortalecer as capacidades locais de pesquisa e ensino. Superar esses obstáculos é fundamental para promover uma pesquisa robusta e relevante, que possa informar políticas e práticas para o desenvolvimento sustentável e a justiça social em todo o continente africano.

Para o desenvolvimento dessa importante área do conhecimento é fundamental a maior cooperação entre os países através de congressos, workshops e outros eventos acadêmicos. O Congresso Luso-Afro-Brasileiro é uma importante iniciativa, mas ainda é incapaz de agregar um número significativo de cientistas sociais. É fundamental o investimento institucional em investigação nas humanidades. É insuficiente o número de encontros entre sociólogos nos PALOPs. A troca de conhecimento com o maior número de eventos universitários, certamente fará com que aumente o número de projetos e produtos acadêmicos entre os países. Augustin Holl (2020) nos chama atenção para o silenciamento de acadêmicos africanos, que, com diferentes perspectivas, operam por meio de não citações, revisões tendenciosas por pares e críticas abrasivas de livros.

Nesse contexto, também se torna importante buscar maior apoio do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA) e fortalecer a experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

A experiência brasileira na obrigatoriedade da Sociologia enquanto disciplina curricular do Ensino Secundário pode servir como importante suporte para o incremento dessa área do conhecimento nos PALOPs. A partir da obrigatoriedade, ampliou-se o número de vagas de

trabalho para docentes, produção de material, congressos e outras atividades acadêmicas. A Sociologia se fortaleceu, inclusive no âmbito universitário. A maior institucionalização da Sociologia na África Lusófona passa, também, pela ampliação dessa área no Ensino Secundário.

Os estudantes têm papel fundamental no fortalecimento das Ciências Sociais nos PALOPs. As experiências da Comunidade dos Estudantes de Sociologia de Angola (COESO) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro do Ensino de Sociologia (NEABES /UERJ) mostram o quão importante é lutar em conjunto. Buscar maior aproximação dos estudantes no contexto dos países da lusofonia é fundamental e certamente terá impacto positivo na qualidade dos cursos.

Pode-se afirmar, seguramente, que existe uma demanda crescente por pesquisas interdisciplinares que abordam questões complexas, como pobreza, desigualdade, governança, desenvolvimento sustentável e justiça social. Com um investimento contínuo em educação, pesquisa e desenvolvimento institucional, é possível que esses países possam fortalecer sua capacidade de produzir conhecimento relevante e soluções inovadoras para os problemas locais e globais.

A cooperação entre os países de língua portuguesa também pode desempenhar um papel crucial na promoção do intercâmbio acadêmico e no avanço das Ciências Sociais na região. A troca de experiências, oferecimento de oficinas, workshops, inclusive com a permuta de materiais e produtos acadêmicos faz parte da cooperação. É fundamental que se evite a fuga de cérebros prezando pela valorização da formação de quadros.

A ampliação da participação da sociedade civil é fundamental na busca pelo aperfeiçoamento da democracia e na formulação de políticas públicas na educação. Os sociólogos africanos têm muito o que contribuir. Nesse ponto, faz-se necessário ampliar as liberdades.

É importante também a valorização e preservação das línguas nacionais. Inclusive com a perspectiva da tradição oral que continua a ser uma parte significativa da herança cultural em muitas comunidades africanas, destacando a diversidade e a riqueza das formas de comunicação e transmissão de conhecimento, inclusive no campo da educação, no continente.

A possibilidade de aprender em idiomas locais/nacionais é o mais importante passo dado na educação para desmarginalizar e desmistificar os saberes locais (MENESES, 2008,356). Ngũgĩ (1986) enfatiza a importância da educação como um meio de libertação e empoderamento. Ele argumenta que uma educação verdadeiramente libertadora deve ser sensível às culturas locais e

às línguas nativas, em oposição a uma educação que perpetua as estruturas coloniais. O autor explora o papel da literatura na formação da consciência política e social. Ele destaca a importância da literatura como uma ferramenta para questionar as narrativas dominantes e para promover a conscientização sobre questões sociais e históricas.

Além disso, a literatura africana facilita o diálogo intercultural, promove a compreensão mútua entre diferentes grupos étnicos e culturas. Isso é importante para abordar as dinâmicas sociais complexas e fomentar a coesão social. Muitas obras literárias abordam questões sociais relevantes, como desigualdade, discriminação, pobreza e injustiça. Compreender essas obras pode fornecer insights críticos sobre os desafios enfrentados pelas comunidades africanas e promover a conscientização sobre questões sociais importantes. Portanto, a literatura tem enorme potencialidade no intercâmbio com as ciências sociais nos PALOPs.

Apesar de o português ser a língua do colonizador, não se deve desprezá-la por seu alcance global e por suas diversas potencialidades, como a cooperação internacional, o acesso a informações e recursos e o empoderamento cultural. Valorizar as línguas dos colonizadores jamais deve ocorrer em detrimento das línguas locais. É essencial preservar e promover as línguas nacionais africanas, tanto em termos de identidade cultural quanto para garantir a transmissão intergeracional do conhecimento e da história.

Considerações finais

A Sociologia desempenha um papel fundamental na África, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, desafios e potenciais soluções para promover o desenvolvimento sustentável e a coesão social. Porém, é necessário esforço para buscar maior desenvolvimento dessa área do conhecimento nos currículos das escolas e universidades. As Ciências Sociais ajudam a compreender a complexa realidade social dos países da África lusófona. Elas oferecem ferramentas conceituais e metodológicas para analisar estruturas sociais, relações de poder, identidades culturais, entre outros. Para isso é fundamental buscar a educação decolonial, reproduzir a dinâmica da produção do conhecimento

das antigas metrópoles não vai contribuir para o efetivo desenvolvimento das Ciências Sociais nos PALOPs.

A Sociologia política e a Ciência Política também desempenham um papel importante na compreensão da participação cidadã, governança e processos democráticos nos países da África lusófona. A perseguição de intelectuais deve ser combatida e o fortalecimento das instituições democráticas valorizadas.

As Ciências Sociais promovem o diálogo intercultural, facilitando uma compreensão mais profunda das diferentes comunidades e grupos étnicos presentes na África lusófona. A mobilização de estudantes e docentes é fundamental na busca da institucionalização dessa área do conhecimento. O Artigo procurou encorajar sociólogos dos PALOPs nessa importante empreitada.

Referências bibliográficas

ABREU, Cesaltina Cadete Basto de (2006). *Sociedade civil em Angola*: da realidade à utopia. Tese de Doutorado. IUPERJ, Rio de Janeiro, UCAM.

ARNALDO, António (2023). *Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Pain*, Luanda, 20 jun. 2023.

CABRAL, Amílcar (1975). "O papel da cultura na luta pela independência". In *Nacionalismo e cultura*. Santiago de Compostela: Laiovento. p.123-146.

CARDOSO, Carlos (2017). "Desenclavar as Ciências Sociais na África lusófona: iniciativa especial do CODESRIA". *Revista de Antropologia*. São Paulo. Universidade de São Paulo, v.60, n.3. Disponível em https://revistas.usp.br/ra/article/view/141647 Acesso em: 29 nov. 2024

CÉSAIRE, Aimé (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta.

CONNELL, Raewyn (2012). A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.27, n.80, out. São Paulo. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/ Acesso em: 10 dez. 2023.

COSTA, Luís Manuel (1997). *A Sociologia em Angola: posições e proposições. Ngola - Revista de Estudos Sociais, Luanda* v.1, n.1. Disponível em https://www.academia.edu/35286376/Sociologia_Ensino_e_Pr%C3%A1tica_livro_online_ Acesso em 29 nov. 2024.

DIOP, Cheikh Anta (1981). *Civilisation ou Barbarie*, Paris: Présence Africaine.

DIOUF,, Mamadou e DIAGNE, Souleymane Bachir (2016). *Les sciences Sociales au Sénégal*: Mise à l'épreuve et nouvelles perspectives. Editora Codesria.

FREIRE, Paulo (1978). *Cartas à Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOOKS, Bell (2019). *Ensinando a transgredir*. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes.

HOLL, A (2020). *A pesquisa em Ciências Sociais e Humanas na/sobre África: buscando por alternativas.* São Carlos. Contemporânea. UFSCar, v.10, n.3. Disponível em:

https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1016/pdf . Acesso em: 23 jan 2024.
HOUNTONDJI, PaulinJidenu (2008). *Knowledge of Africa, Knowledge by Africans*: Two Perspectives on African Studies. RCCS Annual Review.
KAJIBANGA, Víctor (2009). Sociologia em Angola: paradigmas clássicos e tendências actuais. *Revista Angolana de Sociologia*, Luanda, n.4, dez.
LEPECS (Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais/UERJ)(2023). *Seminário Internacional - Movimento Estudantil em Angola, Brasil e Moçambique.* You Tube, 27 de outubro de 2023. Acesso em: 08 nov. 2023.
LOPES, Diamantino Dias (2023). *Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Pain.* Bissau, 02 jun. 2023.
MANUEL, António (2022). *Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Pain*, Luanda, 06 dez. 2022.
MBEMBE, Achille (2018). *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições.
MENESES, Maria Paula (2016). *As ciências sociais no contexto do Ensino Superior em Moçambique: dilemas e possibilidades de descolonização*. Florianópolis. Perspectiva, v.34, n.2, maio/agosto. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2016v34n2p38/32762 . Acesso em: 22 jan. 2024.
MIGNOLO, Walter (2008). Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidades em política. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324. Disponível em: https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33191 . Acesso em: 29 nov. 2024.
MKANDAWIRE, Thandika (2015). *Africa: Beyond Recovery*, Sub-Saharan Publishers.
MORAIS, Felipe Calunga (2023). Para um funcionamento da sociedade sociológica angolana: rumo a promoção e desenvolvimento da ciência. PAIN, R. de S. (org.) *Sociologia e Educação. Múltiplos olhares do Ensino no Brasil e em Angola*. Boa Vista. Editora Ioles. Disponível em: https://editora.ioles.com.br/index.php/iole/catalog/view/174/327/534-2 . Acesso em: 11 jan. 2024
MUDIMBE, Valentin Yves (1988). *The invention of Africa*: gnosis, philosophy and the order of knowledge. Bloomington: Indiana University Press, 1988.
NOGUERA, Renato (2012). Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectiva. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN),* v. 3, n. 6, p. 147-150. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/358/331. Acesso em: 21 jan. 2024.
ORLET, Antonieta (2022). *Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Pain*. Praia, 10 dez. 2022.
OSSOME, Lyn (2015). Search for the state? Neoliberalism and the Labour Question for Pan-African Feminism. *Feminist Africa*, 20. p.6 – 22. Disponível em: https://feministafrica.net/feminist-africa-20-2015-pan-africanism-and-feminism/. Acesso em: 21 jan.2024.
PARLERMO, Zelma (2010). "La Universidad Latinoamericana en la encrucijada decolonial". Revista de Estudos Críticos. Universidad Nacional del Comahue, n.1, ano, 1.
SANTOS, Boaventura de Sousa (2021). *O fim do império cognitivo*: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica.
SIGA, Fernando (2022). O ensino de sociologia nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e Brasil: livros didáticos e descolonização epistêmica. In: Bruno Gomes; Natalino

Neves da Silva. (Org.). *Guiné-Bissau: revolução anti-imperialista inacabada*. 01ed.Alfenas Minas Gerais: Universidade Federal de Alfenas. v. 01, p. 183-190. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/wp-content/uploads/sites/125/2022/01/E-BOOK-GUINE-BISSAU-REVOLUCAO-ANTI-IMPERIALISTA-INACABADA.pdf Acesso: 15 jan. 2024.

SILVA, Teresa Cruz e (2018). Liberdade acadêmica e Ensino Superior em Moçambique. *Revista Tensões Mundiais*, UECE, Fortaleza. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/593/474 Acesso em: 19 dez. 2023.

SILVA, Teresa Cruz e (2011). Aquino de Bragança e as reflexões e respostas sobre a produção do conhecimento e as ciências sociais em África: Moçambique, lições aprendidas, lições esquecidas?" In: SILVA, C. & S. *Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: CODESRIA, 2011. pp. 145-155. (Textos do Colóquio em homenagem a Aquino de Bragança).

THIONG'O, Ngugi. Wa. (1986). *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature.* London: Heinemann.

VASCONCELOS, Francisco Antonio de (2017). Filosofia Ubuntu. Logeion: Filosofia da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - *IBICT, Rio de Janeiro*, v.3, n.2, p.100-112. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/3841, acesso em: 29 nov. 2024.